

09 FEV 2007

ESTÃO ■ Procuradores avisam que empresa não tem condições de operar

Implosão da Codeplan ameaça colocar o governo fora do ar

Alessandra Flach

A Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), responsável pelo setor de informática de todo o Governo do DF e em vias de extinção, está operando sem condições de garantir a estabilidade do sistema e, em caso de pane, pode deixar o governo fora do ar. A advertência foi feita ontem por procuradores do Ministério Público do Trabalho, após inspeção judicial à estatal. Na visita, os procuradores do Tribunal Regional do Trabalho, do MPDFT e do MPT e agentes da Polícia Federal recolheram documentos e cobraram o cumprimento de liminar que exige o fim dos contratos de terceirização e quarterização dos serviços de informática e a realização de concurso público para o órgão.

— Averiguamos que o sistema de informática está à beira de um colapso, completamente alicerçado em meia dúzia de pessoas, sem nenhuma medida de contingência, se der uma pane no sistema a segurança pública do DF estará em risco e não haverá como reverter — revelou o procurador do Trabalho, Valdir Pereira da Silva, que acredita que a situação é de extrema fragilidade e há necessidade de se tomar providências urgentes para resgatar os interesses da sociedade.

A liminar, concedida no ano passado, exige que seja realizado concurso público para acabar com as terceirizações no órgão e



Inspeção na Codeplan: procurador Valdir Pereira da Silva cobra cumprimento de liminar

Dos 500 servidores da Codeplan, pouco mais de 100 ainda desempenham suas funções, diz o MPT

exige o fim dos contratos com empresas de informática, atividade que deveria ser executada pela própria empresa. Descumprindo a ordem da Justiça desde abril do ano passado, a Codeplan já estaria devendo mais de R\$ 1 bilhão em multa.

Segundo o MPT, no quadro de funcionários da estatal, dos

cerca de 500 funcionários, pouco mais de cem permanecem na empresa. Na parte estratégica de controle de emergências de informática, são apenas quatro funcionários.

— O que temos são poucos efetivos e, com a transição, não sabemos nem onde estão os terceirizados ou mesmo se eles existem, mas o governo precisa cumprir a decisão judicial — criticou Valdir.

De acordo com o corregedor-geral do DF, Roberto Giffoni, ainda não há uma definição do futuro da Codeplan, mas as decisões judiciais serão cumpridas e o serviço será garanti-

do. Com relação à multa, Giffoni afirma que o GDF poderia acabar livre do prejuízo.

— Temos a possibilidade de entrar com direito de regresso no nome de quem deixou isso acontecer. Qualquer autoridade que tenha gerado prejuízo na hora de executar, pode ser convocada para responder solidariamente por isso — afirmou o corregedor, que não acredita que a intenção do MP seja paralisar o serviço público.

Segundo ele, existe a possibilidade da estatal voltar a ser apenas um órgão estatístico, mas os estudos sobre o assunto ainda estão sendo feitos.